

Antropologia Brasileira: saberes e diálogos na defesa de direitos e diferenças

Com 2030 associados (entre efetivos, pós-graduandos, aspirantes, colaboradores, correspondentes e honorários), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) completará 64 anos em 2019, sendo a mais antiga das associações em ciências sociais em nosso país. Sua criação foi precedida pela primeira reunião brasileira de antropologia (RBA), realizada em 1953, no Museu Nacional, cujo incêndio recente significa uma trágica e inestimável perda para a Antropologia mundial e assinala a urgência de maior investimento, atenção e cuidado por parte dos poderes públicos no tratamento e preservação da cultura material e imaterial das populações, povos, grupos sociais, etnias e nações que habitam ou habitaram o território brasileiro.

Como configurada desde o início, a missão precípua da ABA permanece a de exercer papel de destaque na consolidação do campo técnico-científico, acadêmico e de divulgação do que há de mais relevante no conhecimento antropológico brasileiro. Com uma significativa produção bibliográfica (dezenas de livros devidamente disponibilizados *on line*), a ABA edita também dois periódicos altamente qualificados: a *Vibrant*, criada originalmente para divulgar a produção antropológica brasileira para públicos estrangeiros e a *Novos Debates*, voltada especialmente para divulgar a reflexão de pesquisadores em formação. Além disso, a associação conta com a TVABA e uma importante coleção de vídeos e fotos etnográficas, resultantes de simpósios e do Prêmio Pierre Verger. Tem sido expressiva a promoção de trocas, de debates e de discussões com o protagonismo da ABA, que, além de eventos e workshops regionais, organiza, nos anos pares, as Reuniões Brasileiras de Antropologia, com a participação de antropólogas e antropólogos do Brasil e do exterior.

O plano de ação proposto por essa chapa implica o compromisso em dar continuidade a esse amplo repertório de atuações e produções, reconhecendo a tarefa constante, árdua e voluntária de 16 comissões e comitês de trabalho, que têm atuado não apenas para consolidar a Antropologia como ciência no Brasil, como para dar suporte a diferentes instituições públicas - estatais, governamentais e não-governamentais - em sua atuação junto aos grupos e populações que são sujeitos e coparticipantes das interações do campo da Antropologia. Ainda mais necessária no contexto atual, a atuação antropológica junto a tais instituições, coadunada ao conhecimento detalhado e socialmente relevante que produzimos, tem se dado no sentido da defesa de direitos consagrados pela Constituição Brasileira, bem como no respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade. A ABA, ao mobilizar a reflexão e os resultados de pesquisa qualificada, tem estreitado colaboração com os órgãos do Poder Público através do diálogo com procuradores, ouvidores e assessores do Ministério Público. E o sentido de sua ação tem sido sobretudo o de evitar decisões arbitrárias, ou seja, que não levem em consideração as formas singulares de ocupar e representar o território, características dos povos indígenas, quilombolas e demais populações de conhecimento tradicional.

O diálogo impulsionado pela expertise do verdadeiro tesouro investigativo da Antropologia Brasileira também tem aportado um relevante instrumental de análise e de crítica às violações aos direitos fundamentais da pessoa humana, bem como tem oferecido sólida reflexão sobre diferentes modos de resolução de conflitos, envolvendo violências familiar e de gênero, racismo, homofobia e transfobia. Como é reconhecido por importantes operadores do Direito, a aproximação da ABA com membros do Ministério Público - que começou, informalmente nos anos 1990 para apoiar a aplicação dos direitos dos povos indígenas previstos pela Constituição de 1988 - tem sido desde então formalizada através de convênios, um dos quais ainda ativo, ampliando seu escopo temático. Hoje se reconhece que o conhecimento antropológico na criação e aplicação do Direito permitiu consolidar um modelo de exercício legal que se constitui *na* sociedade, revestindo-se assim de maior legitimidade.

Findo o pleito eleitoral de 2018, o cenário governamental do país ainda não está plenamente definido, embora aponte para importantes desafios em relação à garantia dos direitos estabelecidos pela Constituição. As universidades constituem fóruns de formação, debate de ideias e de pesquisa

cujo substrato crítico é parte do patrimônio técnico-científico brasileiro. As universidades produzem avaliação, sugestão e análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a profunda desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Somos defensores da liberdade de cátedra, da autonomia universitária e da universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente comprometida.

Essa chapa pretende participar dos esforços de ação conjunta com as demais associações do campo científico brasileiro e internacional, em particular as das ciências sociais, como ANPOCS, ABCP, SBS, ABRI, na promoção de duas iniciativas principais: (i) criação de um Comitê de Relações Institucionais, somando esforços para aprimorar o diálogo com o Congresso Nacional e demais órgãos da administração pública em temáticas relativas às nossas especializações; e (ii) criação de uma Ouvidoria em Defesa de Direitos Fundamentais que irá atuar contra a violação dos direitos de cientistas sociais no Brasil.

Finalmente, daremos continuidade às ações e propostas de gestões anteriores que, por sua inegável importância, devem permanecer no horizonte de nossa atuação. Entre as mais relevantes, elencamos:

1. Estimular o planejamento de ações, a captação de recursos e a comunicação de resultados de trabalho de comitês, comissões e representações da ABA.
2. Debater a prática profissional da Antropologia no Brasil em seus diversos espaços, produzindo subsídios de modo a contribuir para seu aperfeiçoamento.
3. Dar continuidade à discussão sobre ética em pesquisa no Brasil, de modo a diferenciar a ética na pesquisa e nas demais práticas do exercício profissional da Antropologia no Brasil frente à das ciências biomédicas.
4. Tendo em conta as grades curriculares das graduações em Antropologia ou em Ciências Sociais no Brasil, empenhar-se no diálogo sobre a formação nesse nível com as associações científicas da área da Arqueologia e das demais Ciências Sociais.
5. Estabelecer parcerias na elaboração de processos formativos para antropólogos em atuação em espaços extra-universitários de acordo com temáticas específicas.
6. Colaborar para a produção de material didático para o ensino da Antropologia em seus diversos níveis.
7. Manter, ampliando sempre que possível, as publicações periódicas existentes, o portal e a TV ABA.
8. Manter e expandir, quando necessário, o programa editorial da ABA.
9. Dar continuidade e ampliar os prêmios à produção de profissionais e estudantes de Antropologia.
10. Estimular seminários temáticos em diversas regiões em parceria com outras instituições e programas de ensino e pesquisa em antropologia, incluindo as reflexões sobre os novos desafios para a atividade profissional.
11. Continuar e aperfeiçoar os diálogos transnacionais da ABA, no sentido de melhor veicular a produção antropológica de seus associados.
12. Estreitar diálogo com entidades e associações científicas nacionais e internacionais.
13. Contribuir para o avanço da organização de centros de memória (virtuais e materiais) da disciplina no Brasil. Apoiar e estimular a memória do patrimônio cultural tangível e intangível e empenhar-se, na medida de suas atribuições e possibilidades, na reconstrução do Museu Nacional e na reconfiguração de suas coleções.
14. Assegurar a realização da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) e apoiar as demais reuniões e encontros que visem estimular e qualificar a pesquisa e a prática antropológicas.

Chapa Antropologia Brasileira: saberes e diálogos na defesa de direitos e diferenças

Diretoria

Presidente: Maria Filomena Gregori PPGAS/UNICAMP

Vice-Presidente: Sérgio Luís Carrara PPGSC/UERJ

Secretária: Thereza Cristina Cardoso Menezes CPDA/UFRRJ

Secretário Adjunto: Luiz Eduardo de Lacerda Abreu PPGAS/UnB

Tesoureiro: João Miguel Manzollilo Sautchuk PPGAS/UnB

Tesoureira Adjunta: Izabela Maria Tamasso PPGAS / Performances Culturais / UFG

Diretores Regionais

Centro-Oeste: Patricia Silva Osorio PPGAS/UFMT

Nordeste: Angela Mercedes Facundo Navia DAN-PPGAS/UFRRN

Norte: Manuela Souza Siqueira Cordeiro PPGANTS/INAN/UFRR

Sul: Patrice Schuch PPGAS/UFRGS